

O PESQUISADOR COMO SUJEITO DA VIVÊNCIA: A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO FONTE DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

THE RESEARCHER AS A SUBJECT OF EXPERIENCE: PROFESSIONAL EXPERIENCE AS A SOURCE OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE

Wilkerson Oliveira de Avilar - Instituto Federal de Educação, Ciência de Tecnologia do Acre (Ifac), Rio Branco, Acre, Brasil.
Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac).
E-mail: wil.avilar@gmail.com

Josina Maria Pontes Ribeiro - Instituto Federal de Educação, Ciência de Tecnologia do Acre – Ifac, Rio Branco, Acre, Brasil.
Doutora em Ensino de Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ).
E-mail: josina.ribeiro@ifac.edu.br

Maria Cristina Lobregat - Instituto Federal de Educação, Ciência de Tecnologia do Acre – Ifac, Rio Branco, Acre, Brasil.
Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
E-mail: cristina.lobregat@ifac.edu.br

Resumo

Este artigo analisa a autoetnografia enquanto uma abordagem metodológica que valida a vivência profissional do pesquisador como uma base para a produção de conhecimento científico. Em um cenário onde as abordagens convencionais são desafiadas devido ao seu afastamento da realidade vivida, a autoetnografia emerge como uma alternativa significativa, ao valorizar a trajetória, a subjetividade, a memória e as interações institucionais dos pesquisadores. Fundamentada em uma revisão bibliográfica de produção nacional e internacional sobre autoetnografia e ancorada em experiência autoetnográfica desenvolvida em contexto institucional, a pesquisa dialoga com categorias do materialismo histórico-dialético para examinar os alcances e limites da autoetnografia como prática crítica de pesquisa, sobretudo em cenários de tensão social e dilemas éticos. Argumenta-se que, ao combinar experiência e análise, a autoetnografia possibilita uma escuta atenta das instituições, expõe elementos que foram invisibilizados por interpretações objetivistas e redefine a posição do pesquisador como um sujeito envolvido na narrativa que apresenta. Por fim, a escrita autoetnográfica se configura como um ato epistemológico, ético e político de resistência, de criação e de produção de significado.

Palavras-chave: Autoetnografia crítica; Subjetividade; Reflexividade; Escrita de si.

Abstract

This article examines autoethnography as a methodological approach that validates the researcher's professional lived experience as a legitimate foundation for the

production of scientific knowledge. In a landscape where conventional approaches are increasingly challenged for their detachment from lived reality, autoethnography emerges as a meaningful alternative by foregrounding the researcher's trajectory, subjectivity, memory, and institutional interactions. Grounded in a bibliographic review of both national and international scholarship on autoethnography, and anchored in an autoethnographic experience developed within an institutional context, this study draws on categories from historical-dialectical materialism to examine the scope and limitations of autoethnography as a critical research practice, particularly in settings marked by social tension and ethical dilemmas. It is argued that, by combining experience and analysis, autoethnography enables an attentive engagement with institutions, brings to light elements that have been rendered invisible by objectivist interpretations, and repositions the researcher as a subject actively implicated in the narrative they present. Finally, autoethnographic writing is configured as an epistemological, ethical, and political act of resistance, creation, and meaning-making.

Keywords: Critical autoethnography; Subjectivity; Reflexivity; Self-writing.

1 INTRODUÇÃO

Em ciências humanas e sociais, cresce o movimento que reconhece a subjetividade como parte integrante da produção do conhecimento. O que durante anos foi considerado uma interferência ou um ruído na pesquisa, agora é visto como uma característica intrínseca à investigação, ainda mais quando se lida com fenômenos sociais e institucionais que são complexos.

Esse movimento de deslocamento epistemológico dialoga com as contribuições das Epistemologias do Sul (Santos, 2010), que valorizam os saberes produzidos em contextos historicamente constitutivos de exclusão, opressão e marginalização. Esse deslocamento não se dá de forma neutra, é expressão de uma contradição histórica entre formas hegemônicas e subalternas de produção do saber, determinada pelas condições materiais e pelas relações de poder que organizam o campo científico. Nesse sentido, a autoetnografia se insere em um projeto de transformação das condições históricas de produção do conhecimento, o que a aproxima, em sua dimensão crítica, de uma perspectiva materialista histórica e dialética. Não é um método singular, mas sim uma diversidade de práticas que desafiam o modelo hegemônico de produção científica, historicamente fundamentado em referências do Norte global.

Nesse sentido, a autoetnografia se estabelece como uma proposta teórico-metodológica que desafia tradicionais dicotomias, como sujeito/objeto, razão/emoção, distanciamento/imersão. Sua abordagem vai além da narrativa pessoal e envolve a

conexão entre experiência pessoal e análise teórica, criando um diálogo constante entre o “eu” e o “nós”, entre o cotidiano e as estruturas sociais que o atravessam.

Essa postura não retira o pesquisador do campo que investiga, mas o coloca em uma posição de reconhecimento das implicações, contradições e afetos que dela decorrem. É uma visão que enriquece a escuta epistemológica e possibilita o acesso a aspectos frequentemente negligenciados por enfoques objetivistas.

No entanto, essa transformação não acontece sem oposições. A centralidade da experiência, o emprego da primeira pessoa e a estreita relação entre narrativa e análise ainda geram tensões em algumas áreas acadêmicas que se identificam mais com o paradigma positivista. Nesse sentido, é imprescindível reafirmar o rigor da autoetnografia, que não se traduz em neutralidade, mas em uma consonância entre teoria, método e vivência (Chang, 2008; Ellis; Adams; Bochner, 2011; Anderson, 2006).

Com isso, o intuito deste trabalho é examinar de que forma a autoetnografia pode enriquecer a compreensão crítica das experiências profissionais em contextos institucionais que enfrentam dilemas éticos, tensões sociais e conflitos políticos. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais que têm ajudado a firmar essa perspectiva, como Ellis, Adams e Bochner (2011), Chang (2008), Anderson (2006), Hamdan (2012) e Spry (2001), além de estudos brasileiros mais recentes.

Este artigo é organizado em quatro eixos temáticos. No primeiro, são abordados os princípios da autoetnografia, suas raízes e as distinções em relação a outras abordagens qualitativas. Na sequência, o segundo eixo trata da vivência profissional como uma fonte autêntica de geração de conhecimento, ressaltando a participação ativa do pesquisador nos contextos que examina. A terceira seção aprofunda-se nas questões éticas, promovendo discussões acerca dos limites da autoexposição e da exposição dos demais participantes da pesquisa. A quarta e última seção aborda as alternativas para a coleta e análise de dados, assim como a elaboração acadêmica autoetnográfica, enfatizando suas particularidades. Mais do que uma pesquisa teórica esse artigo reflete a contribuição de quem ousou se aventurar pelos caminhos da autoetnografia e que agora compartilha seus principais enfrentamentos, desafios e estratégias.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A AUTOETNOGRAFIA COMO CAMINHO EPISTEMOLÓGICO

A autoetnografia, da junção das palavras grega: auto (a si mesmo, por si, próprio); ethnos (povo, cultura, grupo social); grapho (escrita, descrição). Portanto, pode ser entendida, literalmente, como escrita da cultura a partir de si mesmo, isto é, a partir da própria experiência (Doloriert; Sambrook, 2012; Santos, 2017). Em outras palavras, sua intenção é explorar fenômenos culturais mais amplos através da investigação metódica da experiência pessoal.

Sua origem remonta à Antropologia e à corrente interacionista da Escola de Chicago. Apesar de o termo ter se popularizado a partir da década de 1970, já aparecia anteriormente em debates acadêmicos, conforme documentam Hayano (1979) e Heider (1975). Goldschmidt (1977) complementa, afirmando que nenhuma etnografia é isenta de autoetnografia, pois o pesquisador não se desvincula de suas interpretações.

A autoetnografia se firma como um procedimento metodológico em meio às mudanças paradigmáticas que atravessam as ciências sociais, notadamente a partir dos anos 1980. Nesse momento, cresce também a crítica ao modelo positivista de pesquisa, que previa um pesquisador neutro e distanciado do objeto de estudo (Ellis; Adams; Bochner, 2011).

Nesse sentido, a autoetnografia se configura não apenas como um método, mas como um movimento de conhecimento que questiona os alicerces convencionais da produção científica (Ellis; Adams; Bochner, 2011; Silva, 2023, Fortes, 2025). Ao introduzir a experiência como um dado válido, sugere uma reformulação do conceito de rigor, movendo-o da neutralidade para a reflexividade.

Também é uma abordagem que se assume como performativa e política. Ao desafiar os limites entre corpo, narrativa e teoria, a autoetnografia provoca questionamentos sobre as estruturas de poder e torna visíveis os silenciamentos, assim se estabelecendo como uma forma de resistência epistemológica, conforme ressaltam Raimondi, Rodrigues e Bastos (2020).

Pesquisadores como Ellis, Bochner e Adams (2011) sustentam a ideia de escrita incorporada, onde o pesquisador admite sua posição dentro do campo. Nessa linha, memória, sentimentos e contradições podem ser consideradas fontes legítimas de dados, desde que sejam examinadas de maneira sistemática e conectadas a uma fundamentação teórica.

As críticas à autoetnografia, geralmente focadas na acusação de que é excessivamente subjetiva e carente de rigor (Chang, 2008; Ellis; Bochner, 2000), frequentemente negligenciam o fato de que a abordagem sugere uma forma diferente de rigor. Ao invés de perseguir uma objetividade absoluta, prioriza a transparência epistemológica e a consistência metodológica.

Outro aspecto controverso diz respeito à validade dos dados. Entretanto, conforme afirmam Ellis, Adams e Bochner (2011), a autoetnografia não busca a representatividade estatística, mas sim a produção de entendimento profundo e a promoção de reflexões.

Nas últimas décadas, tem-se visto sua consolidação progressiva em vários saberes, em periódicos científicos, grupos de pesquisa e eventos acadêmicos (Santos, 2017). Isso mostra como é relevante e promissor para análise.

Em diálogo com epistemologias críticas e decoloniais (Santos, 2010; Lugones, 2008; Anzaldúa, 2012), a autoetnografia se amplia, integrando um projeto mais amplo de contestação das hierarquias do conhecimento.

Por último, uma de suas grandes contribuições se dá na reconfiguração da escrita acadêmica. Ao trazer narrativas, afetos e reflexões para o texto, sugere uma textualidade que entrelaça experiência e análise, sem renunciar à rigidez (Spry, 2001).

3 A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO TERRITÓRIO DE PESQUISA: REFLEXÕES AUTOETNOGRÁFICAS

A experiência do pesquisador na inserção institucional, como servidor ou agente público, é um campo riquíssimo de tensões, ambivalências e conhecimentos tácitos. A autoetnografia, ao considerar a experiência profissional como um campo válido de investigação, não só coloca o pesquisador no centro da análise, mas também expande a definição de dado científico.

Essa perspectiva possibilita entender a experiência como não apenas contexto, mas também como objeto de análise. Assim, os resultados apresentados entrelaçam relatos autoetnográficos com análises críticas das práticas institucionais observadas, sobretudo em cenários onde a desigualdade, o conflito e a luta por uma legitimidade epistemológica são evidentes.

É imprescindível reconhecer que a autoescrita é influenciada por diversos marcadores sociais, como raça, gênero, classe e localização geográfica. A autoetnografia feminista negra, segundo Silva e Euclides (2022), demonstra que

saberes situados têm o potencial de desafiar estruturas históricas de exclusão, uma vez que as experiências particulares são geradoras de conhecimento. No contexto mencionado, contar a própria história vai além de uma simples descrição e se torna um ato político, reivindicando a existência de indivíduos que foram historicamente silenciados.

No trabalho autoetnográfico que sustenta este estudo, a vivência profissional em uma instituição pública de acolhimento de adolescentes em conflito com a lei evidenciou aspectos que muitas vezes não são considerados por métodos clássicos. Identificou-se, por exemplo, que práticas institucionais que parecem neutras funcionam como mecanismos de controle subjetivo, moral e físico. Burocracias, jargões técnicos e discursos normalizadores não apenas organizam o trabalho, mas também constituem modos de agir que orientam condutas e criam hierarquias entre conhecimentos (Anderson, 2006; Ellis, 2007; Castoriadis, 1982).

Um episódio que analisamos envolveu a tentativa de implementar um projeto educativo fundamentado na escuta ativa dos adolescentes e jovens privados de liberdade em uma unidade socioeducativa. A proposta enfrentou objeções dentro da instituição, com a alegação de que não era viável na prática. Esse dilema ilustra uma tensão persistente entre os princípios éticos da inclusão e os imperativos funcionais da gestão institucional, expondo os limites estruturais à inovação no ensino. Essa tensão não é episódica. É expressão de uma contradição estrutural, a instituição, enquanto produto histórico de relações sociais determinadas, tende a reproduzir as condições que a constituíram, resistindo a práticas que coloquem em questão sua racionalidade interna. A categoria de práxis, no sentido marxiano, ilumina aqui o impasse, a ação transformadora encontra seus limites nas mediações institucionais, sem, contudo, ser por elas totalmente anulada (Marx, 2007; 2013).

Outro ponto importante diz respeito à dimensão emocional do trabalho. A rotina constante com realidades de vulnerabilidade e injustiça provoca, de forma intensa, o profissional, produzindo impactos emocionais que, se não forem trabalhados em conjunto, podem levar ao desgaste, à apatia ou ao cinismo. A análise de documentos pessoais, anotações de campo, diários, trouxe à tona essa dimensão muitas vezes esquecida nos discursos oficiais.

Esses elementos não são apenas ilustrações, mas sim pontos de partida para examinar estruturas mais amplas. A autoetnografia requer que as experiências

peçoais sejam analisadas com base em suas condições históricas e sociais, o que a diferencia de relatos anedóticos (Bochner; Ellis, 2016).

A recusa a práticas educativas mais democráticas, por exemplo, pode ser analisada criticamente a partir do trabalho institucional (Bourdieu, 2011; Laval, 2019), que expõe a lógica do controle, da padronização e da escassez. A fala da prática, muitas vezes utilizada como justificativa, opera ideologicamente para manter o status quo.

De forma similar, o desgaste emocional reconhecido se relaciona com pesquisas sobre sofrimento ético (Mol, 2008) e burnout (Dejours, 1992). A autoetnografia enriquece essa perspectiva ao considerar o corpo do pesquisador como parte do campo de análise, destacando como a instituição normaliza o sofrimento e privatiza as responsabilidades.

Outra descoberta significativa foi a valorização do que não é dito como uma dimensão analítica. Os silêncios em reuniões, os gestos, as expressões faciais e as interações informais carregaram um significado imenso. Como sugere Spry (2001), a autoetnografia traz para a análise a experiência do corpo e dos sentidos, enriquecendo o poder interpretativo da pesquisa.

Assim, a experiência profissional, quando considerada como um campo empírico, deixa de ser uma vivência individual e se torna uma representação de dinâmicas coletivas. Larrosa (2002) complementa ao dizer que a experiência é uma maneira de adquirir conhecimento, desde que passe por uma reflexão crítica.

Nessa linha, Anderson (2006) afirma que a autoetnografia analítica deve unir a experiência pessoal à reflexão teórica. Os episódios discutidos se tornam mais profundos quando analisados através das lentes de autores como Haraway (1988), Foucault (2008), Goffman (1975), Santos (2006, 2010) e Lugones (2008).

O conceito de espaços instituintes (Castoriadis, 1982) ajuda a entender quando práticas disruptivas conseguem surgir, mesmo que de maneira restrita. Ainda que essas experiências não se firmem de maneira institucional, elas geram mudanças na subjetividade e criam oportunidades para a transformação.

Por último, a ideia de ética encarnada (Ellis, 2007) reforça a noção do corpo como objeto de investigação. A atuação profissional não se limita a uma função, mas é um campo de envolvimento subjetivo e político, demandando modos de escrita que aceitem a vulnerabilidade como um elemento do processo de conhecimento.

Os achados mostram que a experiência profissional é um campo fértil, mas que requer rigor reflexivo. Lidar com a própria história de vida é, então, assumir a inconstância do sujeito que escreve, marcado por memórias, afetos e tensões (Spry, 2001; Chang, 2008).

Em termos metodológicos, isso exige um compromisso com a narrativa honesta, uma atenção cuidadosa aos dados e um diálogo contínuo com a teoria. A experiência, quando refletida de forma crítica, torna-se conhecimento contextualizado, alimentando uma ciência engajada com a realidade que estuda.

4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS, LIMITES E POTÊNCIAS DO USO DA AUTOETNOGRAFIA

A autoetnografia, ao situar a vivência do pesquisador como objeto de investigação, evidencia dilemas éticos e epistemológicos intrincados. Contar em primeira pessoa retira o pesquisador da posição de observador e o coloca na de sujeito envolvido, implicado, que precisa tomar decisões incessantes sobre o que contar, como contar e que efeitos podem advir dessa exposição (Ellis, 2007; Santos, 2017; Chang, 2008; Haraway, 1988).

No caminho da autoetnografia, aparecem momentos que colocam em xeque a liberdade da narrativa frente à responsabilidade ética. Quando o pesquisador revisita episódios institucionais, conflitos, dilemas, experiências de violência simbólica — esbarra em limites tanto no que diz respeito à exposição de terceiros quanto à interpretação de suas próprias experiências.

A estratégia de anonimizar nomes, datas e instituições é frequentemente utilizada, mas não é sempre suficiente. Nos contextos institucionais mencionados, a identificação indireta ainda é possível, o que exige modificações na narrativa para manter a análise sem comprometer a confidencialidade.

Outro ponto importante diz respeito à carga emocional que a escrita pode carregar. Lembrar experiências de dor, frustração ou impotência não é um trabalho meramente racional, mas um trabalho que envolve o pesquisador de maneira intensa, o que já deixa claro que a autoetnografia não é um exercício puramente racional. Dúvidas, bloqueios ou inseguranças surgem como parte integrante do processo de investigação.

A escrita autoetnográfica revela tanto o outro quanto o próprio pesquisador. Dividir dilemas, fracassos e ambivalências é estar disposto a se colocar em uma

posição de vulnerabilidade que, nem sempre, é recebida com abertura no ambiente acadêmico. Ainda assim, a honestidade na narrativa é um princípio ético essencial.

A ideia de ética relacional (Ellis, 2007) vai além e destaca a responsabilidade do pesquisador sobre as consequências de sua escrita. É uma ética do lugar, que vai além de protocolos e requer uma reflexão constante sobre o que o texto implica.

Santos (2017) traz uma reflexão nesse sentido, apontando que a autoetnografia altera as dinâmicas de poder ao tornar experiências institucionais visíveis. Contar um conflito, por exemplo, pode ter um viés denunciante, e é preciso saber onde estão os limites e quais as consequências disso.

A escrita, em sua dimensão afetiva, também é relevante epistemologicamente.

Segundo Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia deve ser um convite à reflexão e à identificação, mas não deve transformar o sofrimento em mera exposição catártica. O desafio é converter a vivência em análise, ligando emoção à teoria. Chang (2008) e Haraway (1988) enfatizam que o conhecimento situado, que é gerado pela experiência, tem sua própria validade. O corpo que percebe é igualmente um corpo que conhece, contanto que esse conhecimento seja desenvolvido de maneira rigorosa e responsável.

Uma das mais sérias questões éticas toca à fronteira entre o “eu” e o “outro”. É especialmente complicado fazer essa distinção em contextos institucionais, onde a vivência individual se entrelaça continuamente com relações coletivas.

Com isso, critérios como: a manutenção do sigilo, o tratamento ético dos participantes e a relevância analítica das narrativas são adotados. Episódios são preservados na narrativa por elucidar configurações mais amplas, ainda que de maneira condensada ou simbólica.

Não obstante esses desafios, a autoetnografia possui uma notável força política. Ao trazer à tona o que geralmente não é falado, desnaturaliza as práticas institucionais e as desafia em suas fundações. Em vez de apenas descrever, possibilita questionar e sugerir novas interpretações da realidade.

Entre tantas contribuições, destaca-se a capacidade de desautomatização, conforme sugere Larrosa (2002).

A escrita autoetnográfica revela o que está oculto e provoca mudanças tanto no leitor quanto no pesquisador. Ao longo deste trabalho, esse processo apareceu na revisão de práticas profissionais e na reconfiguração da relação com a instituição. A escrita atuou tanto como crítica quanto como um processo de reinvenção.

Outro ponto que merece destaque é a autoetnografia colaborativa (Chang, 2013), que enriquece a questão ética ao incluir várias vozes. Furtado, Freitas e Cunha (2022) ressaltam que eles têm o poder de criar laços e gerar narrativas coletivas.

Portanto, a autoetnografia inova nas diretrizes da pesquisa científica ao mover o rigor da imparcialidade para a responsabilidade. Seus limites não são fraquezas, mas condições que pedem uma consciência metodológica maior.

A autoetnografia, ao converter vivências em análises e fragilidades em categorias de conhecimento, expande as oportunidades de geração de saber nas ciências humanas.

5 COLETA E ANÁLISE DE DADOS E A ESCRITA AUTOETNOGRÁFICA

Na autoetnografia, a geração de dados é um processo que requer um planejamento cuidadoso, fundamentado em questões epistemológicas e éticas. O ponto de partida é, portanto, a definição precisa do fenômeno que se investiga e do contexto sociocultural em que ele ocorre, o que orienta toda a análise (Chang, 2008). Essa demarcação não se dá apenas de forma operacional, mas se trata de um exercício reflexivo em que o pesquisador se coloca e define parâmetros para lidar com as experiências narradas.

A construção do corpus empírico se dá por meio da articulação de diferentes fontes. Como apontam Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia requer a mescla entre materiais pessoais (memórias, diários e anotações) e fontes externas, como documentos institucionais, correspondências e outros tipos de registros. A diversidade garante que a vivência de cada um esteja contextualizada em um panorama maior, evitando leituras isoladas e favorecendo a triangulação dos dados.

A documentação metódica dessas informações é crucial para uma rastreabilidade analítica. Chang (2008) sugere que cada registro venha acompanhado de dados essenciais, como data, contexto e método de coleta. Isso ajuda a organizar o material e a detectar padrões e repetições, minimizando as distorções que podem surgir da memória seletiva.

As considerações éticas estão presentes em todas as etapas da coleta. Embora o foco esteja no pesquisador, outras vozes aparecem nas histórias e, portanto, é necessário cuidado com o anonimato, a autorização e as consequências da divulgação (Spry, 2001). Proteger os participantes não só é uma questão ética, mas também é fundamental para a credibilidade da pesquisa.

A leitura, categorização e interpretação dos dados é um processo cíclico e caracterizador da análise. A princípio, os dados são organizados em categorias descritivas (tempo, espaço e atores, por exemplo), que, mais tarde, são reconfiguradas em categorias analíticas que emergem da pesquisa (Chang, 2008). Isso aproxima a autoetnografia de outras modalidades de pesquisa qualitativa, mas com a diferença de que o pesquisador continua envolvido no processo interpretativo.

Conforme destaca Anderson (2006), a autoetnografia analítica vai além da descrição e busca conectar a experiência pessoal com a teoria. A experiência, nesse sentido, não é um objetivo final, mas sim um ponto de partida para entender fenômenos sociais mais amplos. O processo analítico, portanto, é dialético, ligando o particular ao geral.

Outro ponto importante é investigar as lacunas e os silêncios. A falta de certos registros pode revelar limites da memória ou aspectos que, culturalmente, não são verbalizados. Segundo Chang (2008), essas lacunas também geram conhecimento, ao evidenciar limites do que pode ser expresso. Essa noção é reforçada por Merlo e Souza (2025), que ressaltam o potencial educativo que surge ao reinterpretar memórias fragmentadas.

A triangulação de fontes e perspectivas distintas fortalece a análise. A articulação entre memórias, documentos e referências teóricas é, segundo Ellis (2004), o que torna possível narrativas mais densas e plurais, evitando reducionismos interpretativos.

A autoetnografia escrita é uma fase que não se pode dissociar da análise. A escrita não é apenas um meio de transmitir resultados; ela é intrinsecamente parte do processo de geração de conhecimento. Ellis (2009) argumenta que o texto deve ser evocativo e engajador, mas sem abrir mão da análise rigorosa.

A organização do texto deve ser um meio-termo entre descrever e interpretar. Cada parte precisa tecer experiência e reflexão, assegurando que o relato pessoal converse com questões culturais mais amplas (Bochner; Ellis, 2016). É possível empregar vinhetas narrativas para exemplificar os padrões que se identificam, desde que escolhidas com rigor analítico (Chang, 2008).

Outro aspecto fundamental é a metatextualidade reflexiva. De acordo com Spry (2001), é crucial tornar visíveis as escolhas metodológicas e suas limitações, aceitando a parcialidade do processo. A transparência aumenta a legitimidade da pesquisa.

A última etapa é uma leitura crítica do texto para checar a coerência entre dados e interpretações. Conforme Bochner (2012), a avaliação entre pares pode ser uma estratégia eficaz para descobrir lacunas e melhorar a argumentação, colocando a autoetnografia em um diálogo mais amplo dentro do contexto acadêmico.

Assim, coleta, análise e escrita formam um processo que integra rigor metodológico e sensibilidade narrativa. A autoetnografia, ao converter experiência em análise, reforça sua habilidade de gerar conhecimento científico que é tanto contextual quanto socialmente relevante (Ellis; Bochner, 2000; Chang, 2008; Anderson, 2006; Spry, 2001).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se dedicou a investigar a autoetnografia enquanto método que pode converter a vivência profissional em experiência válida para a produção de conhecimento científico. Os achados apontam que a intersecção entre a experiência e a crítica possibilita tornar visíveis dimensões institucionais frequentemente apagadas.

Ao relembrar episódios específicos, conseguimos perceber de que maneira as práticas institucionais funcionam na regulação de comportamentos, na criação de silêncios e na uniformização de subjetividades. Conflitos, tensões éticas e fadiga emocional não são episódios isolados, mas manifestações de contradições sociais objetivas que atravessam as instituições, determinadas historicamente e reproduzidas nas práticas cotidianas. Essa leitura, tributária de uma perspectiva materialista histórica e dialética, permite compreender o particular como expressão mediada do geral, e a experiência subjetiva como produzida em condições sociais concretas.

Por isso, a autoetnografia se revelou uma ferramenta poderosa para investigar aspectos subjetivos, simbólicos e micropolíticos do trabalho institucional. Ao reconhecer o conhecimento como situado, favorece o desenvolvimento de abordagens que destacam a historicidade e a corporeidade na produção do saber científico.

Nesse sentido, a imparcialidade não é medida pela neutralidade, mas pela congruência entre teoria, método e vivência. O pesquisador não se coloca mais como um observador externo, mas passa a reconhecer sua participação no campo de estudo, entendendo que ele também é afetado pelas mesmas dinâmicas que investiga.

Em termos metodológicos, os resultados sublinham a importância de um compromisso com a honestidade narrativa, a atenção ética e a reflexão crítica. O uso de relatos pessoais amarrados à teoria mostra que a autoescrita demanda uma organização e não se limita a um relato feito de forma espontânea.

Os dilemas éticos entre exposição e sigilo, somados ao peso emocional que a escrita pode carregar, figuram entre os maiores desafios. A proteção de terceiros pode, em alguns casos, limitar a descrição de episódios relevantes, exigindo decisões cuidadosas na narrativa.

Porém, essas limitações não invalidam a abordagem. Antes, ressaltam que a autoetnografia é uma prática ética e política, que demanda responsabilidade ao se construir o texto. O desconforto não deve ser visto como um obstáculo a ser superado, mas como parte essencial do processo de aprendizagem.

Isso leva à conclusão de que a autoetnografia é uma importante aliada na crítica da vivência profissional. Ao evidenciar o que é silenciado, desafiar o que se considera natural e sugerir novas interpretações da realidade, enriquecem-se as possibilidades de análise nas ciências humanas.

Para futuras investigações, sugere-se a exploração de metodologias colaborativas e interseccionais, enriquecendo a conversa entre as vivências pessoais e as coletivas. Além disso, é crucial reforçar o reconhecimento institucional da autoetnografia como uma prática de pesquisa válida e legítima.

Em ambientes onde as subjetividades são frequentemente tornadas invisíveis e as relações se tornam excessivamente técnicas, a autoetnografia se destaca como uma forma de resistência ao conhecimento convencional. Ao reconhecer a importância da experiência vivida, contribui para o desenvolvimento de uma ciência mais atenta, reflexiva e dedicada à mudança social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Leon. Analytic Autoethnography. **Journal of Contemporary Ethnography**, [S. l.], v. 35, n. 4, p. 373-395, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891241605280449>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. 4. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.

BOCHNER, Arthur. On first-person narrative scholarship: autoethnography as acts of meaning. **Narrative Inquiry**, v. 22, n. 1, p. 155-164, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Arthur-Bochner/publication/261853299_On_first-

[person narrative scholarship Autoethnography as acts of meaning/links/551734390cf2d70ee2772a6e/On-first-person-narrative-scholarship-Autoethnography-as-acts-of-meaning.pdf](https://person.narrative.scholarship.Autoethnography.as.acts.of.meaning/links/551734390cf2d70ee2772a6e/On-first-person-narrative-scholarship-Autoethnography-as-acts-of-meaning.pdf). Acesso em: 16 jun. 2025.

BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. **Evocative Autoethnography: Writing Lives and Telling Stories**. New York: Routledge, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHANG, Heewon. **Autoethnography as Method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

DOLORIERT, Clair; SAMBROOK, Sally. Organisational autoethnography. **Journal of Organizational Ethnography**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 83-95, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/20466741211220688>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ELLIS, Carolyn. Revision: **Autoethnographic Reflections on Life and Work**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2009.

ELLIS, Carolyn. Telling secrets, revealing lives: Relational ethics in research with intimate others. **Qualitative Inquiry**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 3-29, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077800406294947>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography**. Walnut Creek: Alta Mira Press, 2004.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony Edward; BOCHNER, Arthur Peter. Autoethnography: An Overview. **Historical Social Research**, [S. l.], v. 36, n. 4, p. 273-290, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23032294>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: researcher as subject. In: DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions (org.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 733-768.

FORTES, Livia. Autoetnografia: esse tal de roque enrow ou o que podemos (des-)aprender com ela? **Pensares em Revista**, Dossiê n. 33, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pensaresemrevista/article/view/89266>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Eliana; FREITAS, Camila; CUNHA, Thiago. Autoetnografia colaborativa em tempos de crise: narrativas e resistências docentes na pandemia. **Revista Entre Rios**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 72-89, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enterrios/article/view/21979>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1975.

GOLDSCHMIDT, Walter. Anthropology and the coming crisis: an autoethnographic appraisal. **American Anthropologist**, [S. l.], v. 79, n. 2, p. 293-308, 1977.

HAMDAN, Amani. Autoethnography as a genre of qualitative research: A journey inside out. **International Journal of Qualitative Methods**, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 585-606, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/160940691201100505>. Acesso em: 16 jun. 2025.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3178066>. Acesso em: 16 jun. 2025.

HAYANO, David Masaru. Auto-Ethnography: Paradigms, Problems, and Prospects. **Human Organization**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 99-104, 1979. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.17730/humo.38.1.u761n5601t4g318v>. Acesso em: 15 jun. 2026.

HEIDER, Karl Gustav. What Do People Do? Dani Auto-Ethnography. **Journal of Anthropological Research**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 3-17, 1975. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/jar.31.1.3629504>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LARROSA, Jorge. Experiência e saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600904>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.

MERLO, Marianna Cardoso Reis; SOUZA, Renata Silva. Contribuições da autoetnografia para a educação linguística com crianças. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, [S. l.], n. 33, p. 132-154, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/88904>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MOL, Annemarie. **The Logic of Care**: Health and the Problem of Patient Choice. London: Routledge, 2008.

RAIMONDI, Fernanda; RODRIGUES, Thiago Inácio; BASTOS, Marlucy Alves. A autoetnografia performática e a pesquisa: quando o corpo escreve. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2., 2020, Goiania. **Anais [...]**. Goiania: UFG, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sem/article/view/64376>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, Maria Tereza Azevedo. **O pesquisar no sistema socioeducativo privativo de liberdade**: tempo de socioeducação e de adolescentes. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/2025-03-20/1742475600_055a7ff3b6c35f6f787b6fb3c3f62f00.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Silvo Mateus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770014013/649770014013.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SILVA, Franciele; EUCLIDES, Joana. Autoetnografia feminista negra dialogada: escrituras de uma trajetória docente. **Revista Gênero na Amazônia**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 25-44, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374767023_Autoetnografia_feminista_negra_a_dialogada_referencia_de_epistemologias_possiveis. Acesso em: 10 jul. 2025.

SPRY, Tami. Performing autoethnography: An embodied methodological praxis. **Qualitative Inquiry**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 706-732, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/107780040100700605>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Contribuição de autoria

Wilkerson Oliveira de Avilar responsável pela conceituação, metodologia, investigação, curadoria de dados e redação – versão original e visualização.

Josina Maria Pontes Ribeiro contribuiu com supervisão, validação e redação – revisão e edição.

Maria Cristina Lobregat contribuiu com supervisão, validação e redação – revisão e edição.

Recebido: 17 abril 2026

Aprovado: 16 junho 2026

Publicado: 30 junho 2026

Como citar (ABNT): AVILAR, Wilkerson Oliveira de; RIBEIRO, Josina Maria Pontes; LOBREGAT, Maria Cristina. O pesquisador como sujeito da vivência: a experiência profissional como fonte de conhecimento científico. **Revista Conexão na Amazônia**, Rio Branco, v. 6, n. 1, p. 173-189, 2026.

Editor responsável: José Marlo Araújo de Azevedo

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

